

REVISTA

FUTURO DO PRETÉRITO

JUN. 2025 - VOL. 2 - N. 7

FEUSP

PERGAMINHO DO TEMPO:
A generificação: da mitologia
grega à colonização

10 COISAS: 10 mídias para
pensar a Pedagogia
Queer

RELATOS:
Programa de Gênero
e Sexualidade na
EAFEUSP

**CONVERSA COM QUEM
MANJA:**
Entrevista com o
professor
Igor

BIOGRAFIA: A história de
Erika Hilton

Futuro do Pretérito

(revista estudantil da FEUSP)

ISSN: 2675-455X

Publicação eletrônica (divulgação)
Quadrimestral

Imagem da capa

Prof. Igor Gonçalves Pereira

Direção Editorial

Nickolas de Angelo Sugarava da Silva
(FFLCH/USP)

Conselho Editorial

Bianca dos Santos Lima (FFLCH/USP)

Glauber Carvalho da Silva (IME/USP)

João Vitor Araujo Batista (FEUSP)

Kimberly Campos (FFLCH/USP)

Mariana Gaia Cazassa Festa (FEUSP)

Nickolas de Angelo Sugarava da Silva
(FFLCH/USP)

Paulo Henrique Marçal (FEUSP)

Victoria Tanzi Martins (FFLCH/USP)

Revisão

Fabiana do Amaral Godioso (FEUSP)

Giovana Luiza Carneiro (FEUSP)

Maria Luíza Gutierrez de Camargo (FEUSP)

Natalia Miranda Fernandes da Silva (FFLCH/USP)

Patricia Cristina Martins Freitas (FFLCH/USP)

Rebeca Alves Farias (FEUSP)

Tânia Pasqualucci (FEUSP)

Diagramação

Ana Beatriz Lima Brasil (FFLCH/USP)

Jennifer Souza Almeida (FFLCH/USP)

Juliana Leandra Silva de Oliveira (Alumni FEUSP)

Nicolle Marinho Martins (FFLCH/USP)

Marina Gonçalves Barbedo (FFLCH/USP)

Thais Lima Netto (FFLCH/USP)

Assessoria de Imprensa e Comunicação

Gabriela Bastos Mellone (FEUSP)

Juliana Leandra Silva de Oliveira (Alumni FEUSP)

Mariana Naumoff Fujii (FEUSP)

Pietra Dardim Brandão (FEUSP)

Apoio e Fundação

Beatriz Hitos Silva (Alumni FEUSP)

Giulianna Ramalho Osteti (Alumni FEUSP)

Millena Miranda Franco (Alumni FEUSP)

Colaboração

Comunicação e Mídia da FEUSP

Direção da FEUSP

Universidade de São Paulo

Reitor Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-reitora Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento
Arruda

Faculdade de Educação

Diretora Profa. Dra. Carlota Boto

Vice-Diretor Prof. Dr. Valdir Heitor Barzotto

Avenida da Universidade, 308

Cidade Universitária - Butantã

05508-040 - São Paulo - Brasil

Escreva para a revista Futuro do Pretérito
revista.futuro.preterito@gmail.com

Visite nossa página:

<http://www4.fe.usp.br/futurodopreterito>

Fone : (11) 9 4545-2192

- As opiniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas neste material são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão do corpo editorial da revista Futuro do Pretérito.

Revista

**FUTURO DO
PRETÉRITO**

FEUSP

SUMÁRIO

05

APRESENTAÇÃO

Estamos muito felizes por estar aqui!
Esta é a primeira revista feita por
estudantes na história da FEUSP!



06

10 COISAS

Conheça 10 mídias para pensar a
pedagogia queer



18

PERGAMINHO DO TEMPO

Alteridade em dialética: o
colonialismo, a figuração do outro e
o processo de generificação.



24

RELATOS

Confira o relato de Samara Ciferi,
professora de gênero e sexualidade
da EAFEUSP





26

CONVERSA COM QUEM MANJA

Conheça um pouco mais sobre a trajetória do professor Igor Gonçalves Pereira

35

BIOGRAFIA

Saiba mais sobre a história da deputada Erika Hilton

38

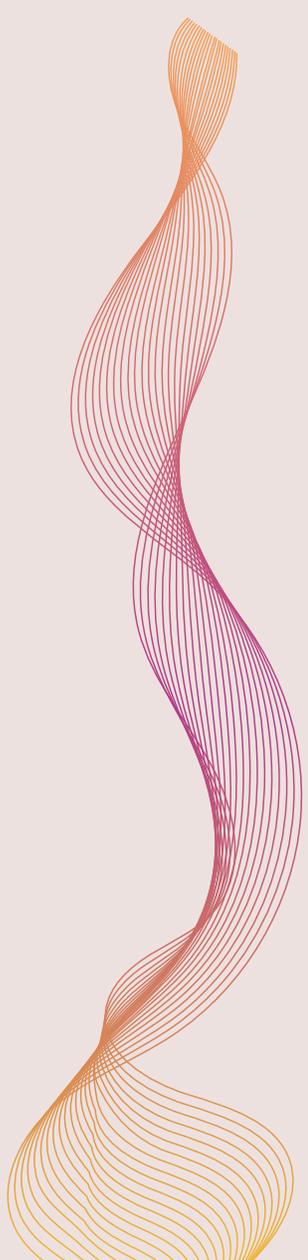
FIQUE DE OLHO

Fique por dentro dos principais eventos e atividades formativas do momento!

44

HORA DA DESPEDIDA

Entre para o nosso time! A revista é sua!





APRESENTAÇÃO

Por: Nickolas de Angelo



Estamos muito contentes em anunciar a 18ª edição da Revista Futuro do Pretérito, uma iniciativa de estudantes de educação da Universidade de São Paulo. Dessa vez trouxemos uma edição temática em comemoração ao mês do orgulho: "Educação, gênero, e sexualidade" — questões ainda muito tratadas como tabu, e que pudemos ver um progressivo, mas ainda insuficiente, reconhecimento nas últimas décadas. Quais são as estratégias que devemos adotar para uma escola que seja acolhedora e conscientize as futuras gerações sobre a população LGBTQIA+? O debate ainda é muito recente, e também por isso gostaríamos de oferecer perspectivas para, juntas, politizar a conversa.

Em nosso texto introdutório, "10 mídias para pensar a pedagogia queer", a autora Bianca dos Santos Lima apresenta pontos de partida para debater tópicos de pedagogia LGBTQIA+, apresentando a importância da interseccionalidade para uma educação emancipadora.

Também nesta toada, Kimberly Campos retorna na coluna Pergaminho do Tempo e demonstra como os preconceitos, no plural, são um construto histórico — e por que nosso passado colonial traz reflexões essenciais sobre esses processos homogeneizantes. Já em "Relatos", João Vitor Araujo Batista recolheu os depoimentos de Samara Ciferi, uma perspectiva em primeira mão sobre estudantes fora do espectro de conformidade gênero-sexualidade na educação pública de São Paulo.

O nosso Conversa Com Quem Manja mais que especial é com a capa da edição: o professor Igor Gonçalves Pereira em um papo com nossa entrevistadora Mariana Gaia Cazassa Festa, falando — entre outras coisas — de histórico de lutas e conquistas recentes da comunidade e experiências de um estudante, agora professor, e seu processo de entendimento e construção como homem gay e educador.

Em nossa seção de biografia está super pop: Victoria Tanzi Martins refaz a trajetória de Erika Hilton, mulher preta e a primeira pessoa trans a ser eleita deputada no Brasil em votação histórica, desde a militância estudantil até a atuação no Congresso Nacional.

O Fique de Olho, por Paulo Henrique Marçal, também traz recomendações de eventos — para nos organizar e manter em dia — para estudantes da USP ou não. Além disso, uma coleção de referências de artigos e trabalhos com o que há de mais novo de produzido nas universidades.

Concluimos nossa fala com um lembrete: direitos — inclusive os humanos — não são algo dado, mero regalo; enquanto mantivermos a lógica de opressão de um grupo pelo outro, haverá luta. Assim, esperamos que nossos textos ajudem a sair do modo automático, um dia após o outro, porque a primavera sempre vem. Nossos abraços, queridos, boa leitura!

10 MÍDIAS PARA PENSAR A PEDAGOGIA QUEER

Por: Bianca Dos Santos Lima¹

A Escola e seus Currículos, como parte da superestrutura social, estão inscritos nas relações de poder que existem em uma determinada sociedade. Por conseguinte, é notável a centralidade de tais instâncias como “loci das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe — são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores” (Louro, 1997, p. 64). Ou seja, a Escola não apenas reproduz determinadas ideias a respeito do gênero e da sexualidade, mas é parte ativa na construção desses conceitos por meio da linguagem que utiliza e de sua própria organização e hierarquia. Assim, “a linguagem que se refere aos corpos ou ao sexo não faz apenas uma constatação ou uma descrição desses corpos, mas, no instante mesmo da nomeação, constrói, faz aquilo que nomeia, produz os corpos e os sujeitos” (Louro, 2001, p. 548).

Desse modo, a ideia de “um homem dominante versus uma mulher dominada — como se essa fosse uma fórmula única, fixa e permanente” (Louro, 1997, p.37), teve, nas instituições escolares, um de seus pólos de difusão. A exemplo disso, o sociólogo Richard Miskolci narra, no início do livro *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*, a organização de seu colégio na década de 70, em que a divisão das classes, das filas e os discursos indicavam aos sujeitos os papéis “adequados” a cada um, de acordo com seu gênero, raça e classe:

No pátio, tínhamos que formar filas: duas para cada sala de aula, uma de meninos e outra de meninas. Começavam aí as “brincadeiras”, nas quais os meninos mais robustos empurravam os mais frágeis para a fila feminina, espaço desqualificado em si mesmo. Na sala, as carteiras eram colocadas em ordem rígida e a ninguém era permitido trocar de lugar. [...] Tinha apenas sete anos, daí não percebia que a minha turma, a A, concentrava os estudantes mais privilegiados economicamente, e, não por acaso, era uma sala massivamente branca. A única figura não branca era a da empregada negra na cartilha, uma personagem secundária na história protagonizada por uma família branca e estereotipada cuja vida seguíamos em lições de alfabetização que se confundiam com um aprendizado de como todos deveríamos ser em um mundo ideal. Se por ideal se compreendesse casais desiguais sob o poder masculino, no qual mulheres eram restritas à casa, à família e ao cuidado, e os filhos, sempre um casal, reproduziriam, no futuro, o modelo dos pais. (Miskolci, 2017, pp. 6-7)

¹Graduada em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. E-mail: biancadslima@usp.br.

Em oposição a esse tipo de ensino dito “tradicional”, as teorias feministas, atuando principalmente nas universidades, passaram a denunciar a sujeição das mulheres a tal intrincada estrutura de poder. Influenciadas posteriormente pelos estudos de Foucault — com o entendimento de que “o exercício do poder dá-se entre os sujeitos capazes de resistir” (Louro, 1997, p. 9) — e outros pós-estruturalistas, salientaram-se também as lutas femininas e o papel da mulher nas mudanças sociais. Somaram à luta os Movimentos Negro e LGBT, essenciais para a revisão da dicotomia Homem X Mulher, uma vez que os sujeitos passam a ser vistos, também, como parte de outros grupos — de classe e de gênero, por exemplo. Esse último passa a ser compreendido como um construto social e performático — ou seja, “não existem papéis sexuais essencializados ou biologicamente inscritos na natureza humana, mas antes, formas socialmente variáveis de desempenhar um ou vários papéis sexuais” (Cavalcanti; Ferreira, 2017, p. 15).

Todo esse percurso, brevemente resumido no parágrafo anterior, é ponto de partida para o livro *Problemas de gênero*, da filósofa Judith Butler, uma das precursoras da Teoria Queer — que critica até mesmo certos preceitos das teorias feministas e LGBT da época —, cuja recente apropriação pela área da educação cunhou o termo Pedagogia ou Educação Queer. Mais do que incluir nos currículos escolares breves informações sobre as diferentes sexualidades e orientações sociais, essa visão busca, também, “novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação” (LOURO, 2004, p.550). Propõe-se, portanto, “questionar os processos institucionais e discursivos, as estruturas de significação que definem os papéis sociais e as identidades dos sujeitos que fazem parte do cotidiano escolar” (Cavalcanti; Ferreira, 2017, p. 18). Como se constituem as identidades de homens e mulheres cis e trans em determinadas culturas, períodos históricos e sendo, cada um, pertencente a uma raça e uma classe diferentes? Qual o papel da cultura na construção identitária e da sexualidade desses sujeitos? São perguntas como essas que permeiam os estudos da área.

Haja vista a complexidade do assunto, a coluna “10 coisas” da 18ª edição da FP, pautada no tema “Educação, gênero e sexualidade”, visa não reduzir Educação Queer a 10 tópicos, mas sim recomendar diferentes mídias para que se chegue a um entendimento mais completo do assunto. Partindo de elementos mais introdutórios,

até chegar ao já citado *Problemas de gênero*, de Judith Butler, buscou-se traçar um caminho progressivo de aprendizagem. Primeiro, é necessário que estejam estabelecidas algumas bases, termos e preceitos da Teoria Queer para que, em seguida, seja possível enxergar o papel da interseccionalidade nas relações de gênero e de poder na sociedade brasileira. Por fim, alguns exemplos de projetos educacionais queer servirão para enlaçar as teorias aos problemas práticos apresentados, permitindo, por conseguinte, um maior aproveitamento do livro basilar de Butler. A curadoria aqui feita não tenciona esgotar o assunto, mas sim, como a própria Teoria Queer nos ensina, “propõe um trabalho incessante de eterna busca [...] [e] discussão do que consideramos ser fixo, imutável” (Cavalcanti; Ferreira, 2017, pp. 18-19).

1. EPISÓDIO “TEORIA QUEER” — PODCAST FEMINISMO E MARXISMO

Produzido pelo Instituto Casa Marx, o grupo Esquerda Diário e o coletivo de mulheres Pão e Rosas, o Podcast “Feminismo e Marxismo” aborda diversos assuntos da atualidade — como a série *Adolescência*, os projetos de lei que regulam a sexualidade e os direitos reprodutivos, a separação entre Igreja e Estado, entre outros, além de elaborar perfis de mulheres notórias na luta feminista —, ligando-os às pautas feministas e de esquerda. No episódio em questão, são explicados o significado do termo queer, anteriormente associado ao “estranho”, bem como sua ressignificação pelos grupos marginalizados fundadores da teoria. Através de uma linguagem direta e didática, Maria Machado e convidados traçam brevemente a história da teoria e introduzem suas principais contribuições para os Estudos do Gênero — que já haviam criticado certos paradigmas do patriarcado, mas que ainda se pautavam em uma normatização dos papéis sociais e sexuais. Por fim, discorre-se ainda sobre a relação dessa teoria com o marxismo e como ambas se apresentam nas lutas populares.

Por meio dessa introdução, é possível compreender que a teoria queer abrange não apenas as questões da sexualidade LGBT, mas também as da heteronormatividade e da cisgeneridade; propondo a revisão do que consideramos “natural” em relação a nossos modos de ser e agir em sociedade. Ao contrário do que postulam alguns “setores [que] ocultam sua ideologia de gênero através da expressão ‘ideologia de gênero’ que desqualifica outras ideias mais próximas ao reconhecimento da diversidade

de e do caráter performativo dos gêneros inteligíveis” (Cavalcanti; Ferreira, 2017, p. 15), percebe-se que teoria queer não procura impor aos sujeitos o modo como devem se identificar ou vivenciar suas sexualidades, e sim possibilitá-los a questionar as construções desses aspectos.

2. EPISÓDIOS “AMAMENTAÇÃO: ANTES DE SER UM DIREITO” E “QUEM PODE DAR O PEITO?” — PODCAST PRATO CHEIO

Munidos de uma base introdutória sobre a Teoria Queer, é possível começar a observar como as visões do que é “feminino” ou “masculino”, muitas vezes vistas como naturais, são, na verdade, construtos sociais impostos aos sujeitos de uma determinada sociedade — afetando, conseqüentemente, os modos de se identificar e de agir tanto de pessoas cis, como trans (as quais também são diferenciadas a depender da sua classe e de sua raça). Para tal, é interessante a escuta de uma série de dois episódios do Podcast Prato Cheio, produzido pelo grupo jornalístico O Joio e o Trigo, sobre amamentação. No primeiro episódio, é narrado o papel das amas de leite na sociedade brasileira, em sua maioria mulheres negras, e o discurso eugenista por trás da rarefação dessa profissão. Em tal conjuntura, na qual algumas mulheres são submetidas a violências físicas e psicológicas — pois são separadas de seus filhos para servir aos filhos dos brancos —, percebe-se que a alcunha de “sexo frágil”, geralmente atribuída às mulheres, não se estende a todas as etnias. E se, décadas depois, a amamentação passa a ser vista como parte essencial da maternidade e, por conseguinte, ato preponderante da expressão da sexualidade feminina, vê-se que também não é por uma questão meramente biológica.

Tais tópicos, aprofundados no episódio “Amamentação: antes de ser um direito”, dão espaço, no segundo, à discussão focada na gestação e na amamentação por pessoas trans. Se antes “mulher” e “homem” eram definidos com base em quem tem o óvulo e quem tem o espermatozoide, em uma perspectiva biológica de gênero, como se dão essas definições diante de corpos trans? E, ainda, se a amamentação, como visto no episódio anterior, é algo usualmente visto como feminino, porque mulheres e homens trans sofrem preconceito ao decidirem amamentar? Ambos os episódios, portanto, permitem confrontar a ideia de uma sociedade naturalmente binária, culminando na ideia de Foucault (1995, p. 239) de que o essencial talvez “não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que promover novas formas de subjetividade, através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há séculos”.

3. FILME "CORPO ELÉTRICO", DE MARCELO CAETANO

O primeiro longa-metragem do mineiro Marcelo Caetano, *Corpo Elétrico* (2017), também pode nos servir como ferramenta para pensar como se dão as relações de gênero e sexualidade a partir de uma perspectiva queer. Tanto em seu roteiro como em sua forma, o filme instiga o telespectador a perceber a narrativa de um modo não convencional. Com cenas não-lineares da vida cotidiana do protagonista Elias, paraibano que trabalha numa fábrica de tecidos em São Paulo, acompanhamos suas relações amorosas e de amizade, sem que haja um clímax ou desfecho tradicionais. Destaca-se o modo como o personagem se constrói ao longo da narrativa, sem, no entanto, fixar-se em um determinado papel de gênero, já que se permite ser assertivo e doce, enérgico e sensível, decidido e confuso sobre seu próprio porvir — dicotomias, antes, relativas à binariedade homem X mulher. Segundo o diretor, o filme

É mais sobre um personagem encontrando outros personagens [...], uma provocação sobre o movimento de um percurso do que um olhar específico. [...] Queria construir um observador, alguém que atravessasse a cidade, encontros, que visse a beleza nas mais diferentes pessoas, se seduzisse nessa marcha do universo e das complexas características de cada um." (Ristow, 2017)

Em contraponto a isso, em segundo plano é possível observar como as instituições cerceiam esse corpo elétrico e jovem, buscando impor o que é considerado "adequado" a Elias — homem pardo e nordestino de classe média-baixa: "é um filme sobre a capacidade do mundo ir enquadrando as pessoas, tanto nas relações pessoais, afetivas e profissionais. Mesmo que Elias seja um sujeito aberto e sem preconceitos, existe da parte da sua colega de trabalho e do chefe uma vontade latente de segregá-lo" (Faria, 2017). Por fim, "A abordagem do sexo sem tabu, do corpo masculino, do homem gay ou hétero, trans ou travesti produz uma reação reflexiva nos personagens [...] [que] têm a capacidade de aprender a lidar com as diferenças" (Volcof, 2017). Assim, aprofundando o que foi introduzido no podcast do tópico anterior, percebe-se que o ser e o agir dos corpos no meio social é construído, e não biologicamente determinado.

4. PODCAST EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Uma vez tendo refletido sobre os papéis e a construção do sexo e do gênero na sociedade como um todo, cabe afunilar tais questões para o meio educacional, buscando entender como se dão essas relações nas instituições de ensino. Para tal, é de grande relevância o Podcast Educação e Relações Étnico-Raciais no Brasil, produzido pela Fundação Santillana, que conta com 4 temporadas até o momento — nas quais há episódios temáticos sobre mulheres negras influentes na luta sindical e estudantil, bem como entrevistas com professores, pedagogos e pesquisadores da área da Educação sobre os mais variados temas. Partindo das vivências pessoais de cada docente entrevistado, os episódios abordam com exemplos práticos as situações escolares que reforçam ideias tradicionais e preconceituosas no que tange à raça, gênero e sexualidade dos alunos. Em complemento, também são discutidas as formas de se combater tais práticas — através de formação continuada dos professores, mudanças nas dinâmicas de controle e/ou didáticas em sala, por exemplo. Recomenda-se, em especial, o terceiro episódio da 2ª temporada, “Transformando práticas e desconstruindo preconceitos”, no qual é abordado o papel dos esportes na autoconsciência corporal — o que não só permite um autodomínio e autoconfiança do aluno, como também reforça a necessidade de criar aulas de Educação Física mais inclusivas.

5. LIVRO TEORIA QUEER: UM APRENDIZADO PELAS DIFERENÇAS, DE RICHARD MISKOLCI

Neste livro conciso e preciso de Richard Miskolci, uma linguagem ensaística guia o leitor pelas bases da Teoria Queer na educação — retomando, portanto, alguns preceitos aludidos no Podcast Feminismo e Marxismo, e introduzindo novos: matriz heterossexual, heterossexualidade compulsória, performatividade de gênero, construção discursiva da sexualidade, etc. —; circunscrevendo ambos no campo dos estudos da Educação. O primeiro capítulo, de cunho mais histórico, traça a origem do movimento Queer na década de 80, até as postulações da teoria em si. O diferencial provém da comparação estabelecida pelo autor entre os contextos culturais estadunidense — onde surgiu o movimento — e brasileiro, o que permite constatar que “as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos que a constituem” (Louro, 1997, p. 23). No capítulo seguinte, o autor centraliza sua análise no Brasil da década de 90, em que o processo de universalização do ensino básico gera salas de aulas plurais, para as quais o sistema de ensino não esta

va preparado. Em tal conjuntura é que os estudos sobre teoria e pedagogia queer são apropriados e repensados pelos estudiosos brasileiros, conforme explica Miskolci. Por fim, o autor termina com reflexões críticas embasadas nas teorias anteriormente apresentadas, defendendo um aprendizado pelas diferenças em que perguntas centrais nunca deixem de ser norte para a prática pedagógica, sendo elas: “o que é educar, como educar e para que educar?” (Miskolci, 2017, p. 55).

6. LIVRO GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA PÓS-ESTRUTURALISTA, DE GUACIRA LOPES LOURO

Dentre os estudiosos brasileiros mencionados por Miskolci em *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*, destaca-se Guacira Lopes Louro, Doutora em Educação pela Unicamp, cujo foco de pesquisa são os estudos sobre Educação e Relações de gênero. Um dos trabalhos mais singulares da autora é *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*, que por isso figura nossa 6ª recomendação desta coluna. Ainda que esse livro tenha uma linguagem mais acadêmica do que o anterior, a autora consegue explicar teorias complexas de modo didático — o que não significa, contudo, a simplificação do conteúdo. Estando estabelecidas as bases da teoria queer através das recomendações anteriores desta lista, o texto de Louro retrocede no tempo para explicar a relação entre as teorias feministas e a Educação a fim de discutir as noções de “gênero” e “sexo”, dentro e fora da teoria queer. Em seguida, a autora analisa o papel da escola na produção das diferenças, focando tanto nos alunos como no perfil do corpo docente — ou seja, explicitando como os papéis de gênero permeiam esses espaços. Por fim, são analisadas propostas de currículos progressistas e há uma reflexão sobre os desafios desse tipo de educação, devido às questões materiais das escolas brasileiras e ao avanço do conservadorismo no Brasil.

7. LIVRO ENSINANDO A TRANSGREDIR: A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE, DE BELL HOOKS

Retornando a uma leitura mais ensaística — e não por isso menos fundamentada —, recomenda-se o livro *Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade*, de bell hooks, que, mesmo focando na tradição dos estudos e da pedagogia feminista crítica negra, também faz interface com os preceitos da pedagogia queer.

Com um tom por vezes até intimista, a autora relata seu percurso no mundo acadêmico, indicando como buscou trazer para ele a educação que teve e valorizava nas escolas para negros de seu bairro, durante sua infância e adolescência. Somando a essas experiências todo o seu aparato teórico, hooks discute os preceitos de uma pedagogia engajada, que valoriza o multiculturalismo e as diferentes expressões de gênero, sem deixar de lado o rigor crítico e o compromisso com a emancipação — e, evidentemente, os desafios de alcançar tal utopia. Em relação à pedagogia queer, deve ser dada especial atenção aos capítulos “Essencialismo e experiência” e “Eros, erotismo e o processo pedagógico”, que abordam, respectivamente, a importância de vozes plurais para a construção de um conhecimento não-homogeneizado e a necessidade de reconhecimento dos corpos enquanto parte do processo de aprendizagem. Assim, hooks nega a cisão entre corpo e mente — “muitos de nós aceitamos a noção de que existe uma cisão entre o corpo e a mente. Credo nisso, as pessoas entram na sala para ensinar como se apenas a mente estivesse presente, e não o corpo. Chamar a atenção para o corpo é trair o legado de repressão e negação que nos foi transmitido” (hooks, 2013, p. 253) — e evidencia o papel da interseccionalidade no reconhecimento das estruturas de poder que permeiam e cerceiam a prática pedagógica. O livro se mostra, portanto, como uma ferramenta para repensarmos o que, muitas vezes, consideramos “natural” na postura e ações de alunos e professores — análise que culminará por revelar as estruturas de poder que determinam essas atitudes, sendo elas geralmente ligadas ao gênero, raça e classe dos sujeitos.

8. GRUPO MATEMATIQUEER: ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADES EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

A partir dos livros de Louro (1997) e hooks (2013), esta coluna buscou introduzir análises mais empíricas da teoria queer nas instituições de ensino. Ambos, ainda que contenham grande aparato teórico, também explicam como esses estudos afetaram o cotidiano da prática escolar — Louro o faz por meio da análise de um currículo educacional feminista e hooks, com suas experiências profissionais. A partir deste tópico, propomos um aprofundamento ainda maior desse aspecto ao apresentar projetos de ensino queer com destaque no cenário brasileiro. O primeiro deles é o grupo de pesquisa Matematiqueer, criado em 2020 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que visa “promover reflexões sobre por que discutir gêneros e sexualidades é importante para a área de educação matemática e como professorias dessa disciplina podem contribuir com essas discussões sem se limitarem às visões hegemônicas” (Matematiqueer, 2025).

Na página inicial de seu site, o grupo aponta como as ciências naturais são, erroneamente, classificadas como “neutras”, o que acaba por, comodamente, apartá-las dos debates sobre gênero e sexualidade. Em contraponto, mostram como esse afastamento acaba por propiciar o reforço de estereótipo sobre quem pode se dedicar à área:

“o saber matemático é, por vezes, tido como referência para determinar as pessoas que são inteligentes e as que não são. Práticas como essas geram exclusões, tal qual o mito de que meninas não são boas em matemática e, por consequência, não devem seguir carreiras envolvidas com ciências, tecnologias, engenharias e matemática.” (Id., *ibid.*).

Desse grupo originaram-se três linhas de pesquisa — Educação Matemática Crítica, Direitos Humanos e Justiça Social; Relações de Gênero e Feminismos em Educação Matemática; e Minorias Sexuais, Alteridade e Educação Matemática — além de diversas oficinas, cursos e projetos de extensão, do qual participam não apenas matemáticos, mas também educadores de outros campos das ciências naturais, bem como outros das ciências humanas. As informações de contato e datas das formações podem ser encontradas no site <<<https://sites.google.com/im.ufrj.br/matematiqueer>>> e mais explicações sobre o ensino queer, na página do youtube ou no Podcast do grupo, que possuem o mesmo nome.

9. ARTIGO “POR UMA EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA QUEER: ESTRANHANDO CONCEITOS E PRÁTICAS”, DE DANIEL MAZZARO

Partindo, mais especificamente, para o campo das linguagens, é proveitosa a leitura do artigo de Daniel Mazzaro sobre a teoria queer no ensino de línguas — seja da língua materna, ou de línguas adicionais. Considerando que, conforme Butler (2000), a construção do gênero e das sexualidade se faz por meio do discurso, “a aula de línguas constitui um espaço privilegiado na problematização das questões de gênero e sexualidade, pois nela identidades e significados são negociados nas interações discursivas nas quais os sujeitos se engajam” (Junior, 2014, p. 202). Assim, o texto de Mazzaro, explica como a reflexão metalinguística propicia o estranhamento da linguagem cotidiana por parte dos alunos, permitindo-lhes refletir sobre o que o uso de determinado termo ou expressão propaga. O autor inicia o artigo definindo o termo “queer” e ligando-o à prática pedagógica. Em seguida, traça uma relação entre os ramos da linguagem — linguística e literatura — e a pedagogia queer, apontando caminhos para a sua aplicação nas aulas de ensino básico.

A escolha dos textos a serem trabalhados em sala (que podem ser de diferentes gêneros e formatos) é apontada como a principal ferramenta para efetivação dessa proposta, já que permite a análise da língua em sua materialidade, evidenciando o poder que ela tem sobre os corpos através do discurso. Uma vez que o ensino como um todo se dá por meio da língua e da linguagem, Mazzaro aponta que outras áreas do conhecimento também podem se aproveitar da análise de seus respectivos discursos para engajar-se na teoria queer — o que faz o artigo relevante a todos interessados no assunto, e não apenas aos professores de língua e literatura.

10. LIVRO PROBLEMAS DE GÊNERO: FEMINISMO E SUBVERSÃO DA IDENTIDADE, DE JUDITH BUTLER

As mídias propostas nesta coluna, na ordem em que se deram, visavam à construção de repertório teórico e cultural para a leitura de um dos principais livros ligados à teoria e à pedagogia queer: *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, de Judith Butler. Este volume, de apenas 3 capítulos, perpassa não só pela história da sexualidade e de cerceamento dos corpos, como também pela psicanálise e teorias do pós-estruturalismo — o que torna a leitura complexa, ainda que a escrita de Butler seja considerada simples. Tendo a base já estabelecida, com algum conhecimento dos termos de que Butler tratará, torna-se prazerosa a leitura de tal obra, que permite o entendimento crítico de nossa própria construção e autoidentificação, bem como “abre a possibilidade de discussão do que consideramos ser fixo, imutável” (Cavalcanti; Ferreira, 2017, p. 18). Tendo isso em vista, se considerarmos que a educação, como aponta Miskolci (2017, p. 55), consiste em sempre se questionar sobre as práticas empregadas e os objetivos pretendidos, o livro de Butler mostra-se, portanto, fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAMENTAR: ANTES DE SER UM DIREITO. [Locução de]: Bela Reis. Local: [S.l.], 19 de fevereiro de 2024. Podcast. Disponível em: <<https://ojoioeotrigo.com.br/2024/02/amamentar-antes-de-ser-um-direito/>>. Acesso em 3 de maio de 2025.

BUTLER, Judith. "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"". In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAVALCANTI, Marcus Alexandre P.; FERREIRA, Sandramor do Amaral. Pedagogia queer: uma nova proposta no meio educacional. Revista de Pesquisa Interdisciplinar, Cajazeiras, n. 2, suplementar, p. 12 – p. 21, set. de 2017.

CORPO elétrico. Direção: Marcelo Caetano. Produção: Beto Tibiriçá, Marcelo Caetano. São Paulo: África Filmes, 2017.

EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL. [Locução de:] Carol Marcelino. Local: [S.l.]. Podcast. Disponível em: <<https://open.spotify.com/show/7bdj19nW7JoM2COCVqAuP2>>. Acesso em 13 de maio de 2025.

FARIA, Celso. "Corpo Elétrico – Blog e-Urbanidade". Blog e-Urbanidade, 2017. Disponível em: <<https://urbanidade.com.br/corpo-eletrico-blog-e-urbanidade/>>. Acesso em 14 de maio de 2025.

FOUCAULT, Michel. "O sujeito e o poder". IN: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1995. p. 231-249.

HOOKS, bell. Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

JUNIOR, Elio Marques de Souto. "A Teoria Queer no ensino de línguas". Revista Philologus, v. 1, p. 201-209, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001.

_____. Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MATEMATIQUEER. "Sobre o grupo". Site Matematiqueer. Disponível em: <<https://sites.google.com/im.ufrj.br/matematiqueer/sobre?authuser=0>>. Acesso em 16 de maio de 2025.

MAZZARO, Daniel. "Por uma educação linguística queer: estranhando conceitos e práticas". Gragoatá, Niterói, v.26, n. 56, p. 1052-1084, set.-dez. 2021.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. Ouro Preto: Autêntica, 2 ed., 2017.

QUEM PODE DAR O PEITO?. [Locução de]: Nathália Iwasawa. Local: [S.l.], 26 de fevereiro de 2024. Podcast. Disponível em: <<https://ojoioeotrigo.com.br/2024/02/quem-pode-dar-o-peito/>>. Acesso em 3 de maio de 2025.

RISTOW, Fabiano. "‘Corpo elétrico’ aborda relações e amores em tempos de diversidade". São Paulo: Jornal O Globo, 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/filmes/corpo-eletrico-aborda-relacoes-amores-em-tempos-de-diversidade-21719184>>. Acesso em 15 de maio de 2025.

TEORIA QUEER. [Locução de]: Maria Machado. Local: [S.l.], 8 de abril de 2022. Podcast. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/PODCAST-087-Feminismo-e-Marxismo-Teoria-Queer>>. Acesso em 9 de maio de 2025.

VOLCOF, Vinícius. "Corpo Elétrico (2017): potência de vida". Blog Cinemacomrapadura, 2017. Disponível em: <<https://cinemacomrapadura.com.br/criticas/461714/critica-corpo-eletrico-2017-potencia-de-vida/>>. Acesso em 14 de maio de 2025.

PODER360. "Estudantes protestam contra Novo Ensino Médio pelo país. **Portal Poder 360**, 15/03/2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/estudantes-protestam-contra-novo-ensino-medio-pelo-pais/>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2025.

TENENTE, Luiza. "Entenda o que é ‘Projeto de Vida’, componente obrigatório do novo ensino médio a partir deste ano". **Portal G1**, 12/01/2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/01/12/o-que-e-projeto-de-vida-novo-ensino-medio.ghtml>>. Acesso em 29 de fevereiro de 2025.

SACRAMENTO, Leonardo. "A proposta educacional do capital". Portal **A Terra é redonda**, 02/06/2024. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/a-proposta-educacional-do-capital/>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2025.

VOLPI, M. **10 desafios do ensino médio no Brasil: para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos**. Coordenação Mário Volpi, Maria de Salete Silva e Júlia Ribeiro. Brasília: Unicef, 2014.

PERGAMINHO DO TEMPO

ALTERIDADE EM DIALÉTICA: O COLONIALISMO, A FIGURAÇÃO DO OUTRO E O PROCESSO DE GENERIFICAÇÃO

Kimberly Campos¹

Alteridade é uma palavra situada na tradição etimológica latina derivada do substantivo *alteritas*, um termo constituído por um radical que se traduz como “outro” ou “um de dois”, que, sendo formado a partir das palavras gregas *alter* (outro) e *-itas* (formador de substantivos abstratos), carrega consigo a noção de diversidade e diferença. O sufixo *dade* da palavra em língua portuguesa, desde que indica qualidade, estado ou modo de ser, reforça a tentativa de exprimir, por meio da linguagem, a ideia da existência de algo que está em contraposição a alguém. Em vista disso, e partindo da etimologia, a existência do outro só é possível quando contraposta a um determinado indivíduo. A alteridade é uma designação do que aparece em oposição ao “eu” e auxilia na formulação de uma dialética da identidade. É necessário, no entanto, enfatizar que o termo não se refere apenas aos elementos de construção identitária que constituem a singularidade de um sujeito, fazendo com que ele se diferencie dos demais, mas também aos marcadores sociais fabricados para justificar a dominação.

O filósofo e historiador Michel Foucault aborda a noção de alteridade com a conceitualização da loucura não como um fato biológico ou psicológico, mas como uma construção social. Partindo do pressuposto de que distinções são forjadas como uma espécie de dramaturgia do pathos, que mobiliza determinados afetos para justificar a exclusão de determinados corpos, o filósofo faz dos mecanismos de obliteração da diferença o seu objeto de estudo, como destacado no trecho:

- Tal como Dumézil o faz para os mitos, tentei descobrir formas estruturadas de experiência cujo esquema pudesse ser encontrado, com modificações, em níveis diversos...
- E qual é essa estrutura?

¹Graduanda em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

– A da segregação social, a da exclusão. Na Idade Média, a exclusão atinge o leproso, o herético. A cultura clássica exclui, mediante o hospital geral, a Zuchthaus, a Work-house, todas as instituições derivadas do leprosário. Eu quis descrever a modificação de uma estrutura exclusiva. (Foucault, 2006, p.162-163)



Michel Foucault – Foto: A vida e a obra de Michel Foucault. Jornal da USP.

Distanciando-se das interpretações clássicas do mundo grego, no livro intitulado “A morte nos olhos” publicado em 1988, o historiador, antropólogo e helenista Jean Pierre Vernant, motivado por acontecimentos que marcaram a sua geração – a guerra na Argélia e o colonialismo europeu –, em uma pesquisa a respeito da maneira como os gregos figuravam o divino, traça um paralelo entre Ártemis, Dionísio e Gorgó, para se debruçar sobre o conceito de alteridade. Os três mitos, para Vernant, compõem uma alegoria da alteridade e sintetizam a maneira como os gregos lidavam com a figura do outro.

É possível dizer que a sociedade grega articulou a alteridade com a criação de um modelo de cidadão grego (um homem adulto), que impôs às identidades dissonantes uma posição subalterna. No entanto, essa subjugação não previa a negação absoluta ou a aniquilação do outro. Para o autor, essa sociedade, embora hierarquizada, mantinha um senso de tolerância e coexistência que não é possível encontrar na Europa moderna. Considerando que a linguagem para Foucault é também um instrumento descritivo e que a criação de um símbolo se dá pela desestruturação e reconstituição de um elemento factual objetivando a interpretação do mundo, a mitologia surge como um espaço de veiculação de elaborações conscientes da realidade que circunscreve arquétipos em um determinado contexto sociocultural (Jung, 2016, p. 53).

A leitura da vida, enquanto princípio de existência de um material orgânico ou de um corpo com uma mente capaz de inteligir, está imbricada no campo simbólico e, portanto, é o cultivo de alguns mitos que nos permitem interpretar os fatos que nos atravessam de modo a tornar o cotidiano mais palatável. Ártemis, deusa da caça e dos jovens que ainda não foram integrados à sociedade, é reconhecida por sua estranheza com relação aos demais deuses por não fazer morada no panteão, mas sim nos bosques e florestas. O aspecto duplo da deusa é enfatizado por textos que a caracterizam com significantes contrários (doce-flecha, terna-morte). A referência de Ártemis como “Soberana das margens” serve para evidenciar o caráter híbrido da divindade, representada como uma figura transitória que percorre as margens entre “o um e o outro”.

Sendo responsável por inserir os jovens na sociedade, a deusa tem como uma de suas funções a generificação² do indivíduo. Tendo em vista que o gênero é uma determinação histórica e cultural baseada na diferença entre os sexos, que coloca o feminino e o masculino em mútua oposição, a generificação², como descrita por Jean Pierre Vernant à luz da mitologia, não deve ser entendida como um fenômeno natural, mas sim como um processo de socialização que direciona a divisão sexual do trabalho, haja vista que as fronteiras que separam duas pessoas de acordo com o gênero não estão claras para alguém que, até a juventude, ainda ocupa uma posição incerta. De acordo com o autor:

Ártemis é a Curótrofa por excelência. Ela cuida de todos os rebentos, dos animais e dos humanos, sejam machos ou fêmeas. Sua função é nutri-los, fazê-los crescer e amadurecer até que se tornem plenamente adultos. Quanto aos filhos dos homens, ela os conduz até o limiar da adolescência, que eles deverão – deixando em duas mãos a sua vida juvenil — ultrapassar com sua concordância e ajuda, para chegar, através dos rituais de iniciação que ela preside, a plena sociabilidade — a mocinha, investindo-se na condição de mãe e esposa, o efebo, na de cidadão-soldado. A matrona e o hoplita, duas condições que constituem modelos para que a mulher e o homem adquiram identidade social em conformidade com os outros. (VERNANT, 1988)

A elaboração de uma linha do tempo para situar o gênero e a adoção de critérios para a divisão do trabalho ao longo dos séculos, não deve ser feita com base em um “etnocentrismo helenófico”, que cultua a mitologia e a tradição grega como um passado primordial e superior, sem considerar outras possibilidades de existência para além da Europa, nem se ater à Grécia antiga, considerando que a distinção dos seres por meio de critérios binários de um sistema hierarquizante, por não ser própria da existência humana, mas um instrumento de dominação cultural, não era modelo das sociedades tribais anteriores à colonização, visto que a distinção entre duas pessoas a partir dos

critérios binários que configuram um sistema hierarquizante, como é o caso do gênero, por não ser algo próprio da existência humana, mas sim um instrumento de dominação cultural, não era elencada de modo a definir a posição que uma pessoa ocuparia em uma comunidade nas sociedades tribais antes da colonização.



Arturo Michelena (1863–1898), *Diana the Huntress* (1896), oil on canvas, 351 x 296 cm, Residencia Presidencial La Casona, Caracas, Venezuela. Wikimedia Commons.

Em uma lógica evolucionista, a ideia de maturidade está atrelada à associação ao espectro identitário projetado em um indivíduo. A pesquisadora Geni Núñez argumenta que a circunscrição dessa dicotomia no sujeito ocorre a partir da condenação de qualquer relação com o mundo que proponha um movimento duplo ou alternativo à ordem vigente e se vale do termo “monocultura” para desenvolver a violação da subjetividade. Fanon (1986), argumenta que a bússola do mundo colonial é uma compartimentação da realidade, com a projeção e introdução de perspectivas utilizadas para justificar a violência. Como lembra Núñez:

² Processo de socialização em conformidade com a ordem vigente.

A colonização não acabou, ela continua e se atualiza no contemporâneo. Temos lembrado disso nos movimentos indígenas justamente porque, para reparar, é necessário antes reconhecer. Nossos territórios foram invadidos e violados em 1500 e continuam sendo nos dias de hoje. Quando falo em território, não estou me referindo apenas aos rios, matas, florestas. Nossos sonhos, nossa subjetivação, o modo com que nos relacionamos também são parte do território da existência. (Núñez, 2023)

A figuração do outro, neste contexto, inscreve práticas coloniais no mundo contemporâneo ampliando o rasgo de feridas sociais como o racismo, o machismo e a homofobia. Partindo da afirmação de que é necessário vislumbrar outras formas de existência desde que há uma espécie de imposição monolítica de um mundo só, o decolonialismo aparece como um movimento de resistência que promove a construção de novos caminhos para pensar a realidade (Krenak, 2019).

A decolonização do saber passa pela valorização de saberes locais, com a eliminação da crença de que o conhecimento europeu é universal e o posterior engajamento com o trabalho intelectual produzido em países da periferia do capitalismo, mas também pelo reconhecimento de que a divergência que constitui a alteridade é forjada pela ordem vigente para justificar a dominação e que estar com os outros no mundo não deveria exigir homogeneidade.

BIBLIOGRAFIA

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FOUCAULT, M., **As palavras e as coisas**, trad. S. T. Muchail, São Paulo: Martins fontes, 2002.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MATOS, Maria Aguilera Franklin de. **Máscaras da alteridade**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

NÚÑEZ, Geni. As monoculturas como violação da singularidade. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 56, n. 105, p. 107–120, jul./dez. 2023.

VERNANT, Jean-Pierre. **A Morte nos Olhos: A Figura do Outro na Grécia Antiga**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

RELATOS

Por: João Vitor Araujo Batista

O presente relato parte de uma conversa com Samara Ciferi, integrante de um programa consolidado de gênero e sexualidade desenvolvido há mais de uma década na Escola de Aplicação da Universidade de São Paulo, vinculada à Faculdade de Educação. Conforme texto disponível no site da instituição “Este projeto apoia-se na importância da discussão sobre diversidade sexual, orientação sexual, gênero e respeito aos direitos humanos no ambiente escolar.”

“Eu acho que...o programa de gênero e sexualidade, e eu temos uma história de longa data, né?...Porque sou bolsista e, hoje em dia, professora de gênero e sexualidade na EAFEUSP, mas eu já fui aluna também. Então, eu sou a prova viva de que esse projeto dá muito certo e que ele fez toda a diferença na minha vida.....não só enquanto planejadora, das aulas de gênero, mas como alguém que teve essas aulas, que vivenciou 12 anos do programa de gênero e sexualidade e que teve das mais diversas discussões com os professores sobre isso.”
— Depoimento de Samara Ciferi.



A partir das falas de Samara, entrelaçadas com a experiência do estudante que escreve esta seção — também responsável por colher o depoimento — buscamos destacar a potência dessas ações dentro da escola pública.

“Então, assim... eu acho que o interessante do programa é que a gente está sempre se renovando. Um professor precisa estudar muito sobre aquilo que ele ensina. Então, isso me faz estar sempre por dentro das discussões.”
— Depoimento de Samara Ciferi.

“E não é só sobre a comunidade LGBTQIAPN+ ou relações sexuais, falamos também sobre o que é consentimento, quais são as discussões acerca das relações íntimas — e não só sexuais, mas românticas, de amizade — quais são os tipos de relações saudáveis ou não dentro de uma escola, fora de uma escola, entre os professores, alunos, estagiários, essas pessoas que convivem ali dentro.....”
— Depoimento de Samara Ciferi.



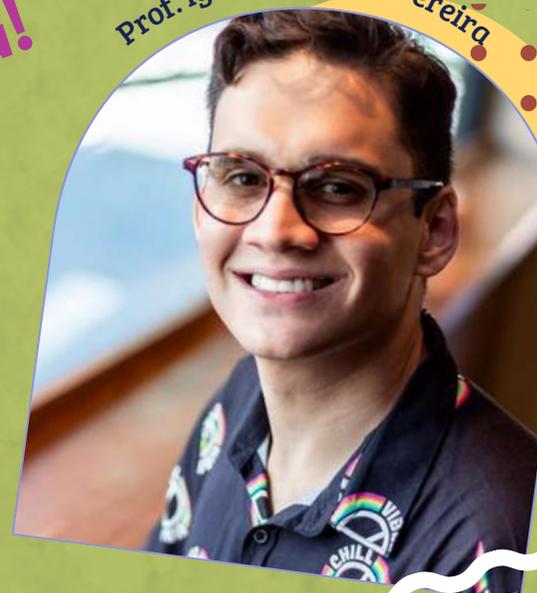
“E eu acho que o programa é essencial porque ele prepara esses alunos para a vida que eles vão viver, não que eles querem viver, sabe. Então, independe se aquele aluno, se a família daquele aluno gosta ou não das discussões feitas em sala de aula sobre gênero e sexualidade...”
— Depoimento de Samara Ciferi.



Conversa com quem manja!

Gênero e sexualidade no contexto educacional: existir é um ato pedagógico

Por: Mariana Gaia Cazassa Festa



Prof. Igor Gonçalves Pereira

Em tempos em que a escola pública tem sido alvo constante de desmonte e de ataques a toda forma de diversidade, escutar professores que resistem diariamente no chão da sala de aula é um gesto político e necessário. Nesta edição, a Futuro do Pretérito tem a honra de compartilhar a trajetória de Igor Gonçalves Pereira — militante LGBTQIAPN+, professor da rede estadual paulista, pesquisador da pós-graduação em Economia Política Mundial pela UFABC e pós-graduando do curso lato sensu “Processos didáticos-pedagógicos para cursos na modalidade a distância” da UNIVESP, além de formado no curso da Faculdade de Educação da USP “Repensando o currículo: humanidades”, extensão universitária na modalidade de atualização.

Com sensibilidade e firmeza, Igor fala sobre sua vivência como estudante gay periférico nos anos 2000, sua entrada na militância, o processo de formação como docente e a chegada à sala de aula, onde hoje busca construir um espaço que ele mesmo não teve: seguro, plural e afirmador de existências dissidentes.

A entrevista propõe um mergulho profundo nas contradições da escola brasileira: lugar de aprendizagem e apagamento, de violência e de afeto, de silenciamento e de luta. Ao compartilhar suas experiências, Igor aponta os limites das políticas educacionais atuais, denuncia as estruturas que ainda operam opressões dentro das escolas e, sobretudo, reafirma o papel da educação pública como território de transformação.

Mais do que um depoimento, esta conversa é um convite a pensar outras pedagogias possíveis — aquelas que, como diz Igor, "nos fazem sair da escola com vida".

Mariana: Igor, é um prazer imenso poder ouvir você e contar com a sua contribuição para a Futuro do Pretérito, da Faculdade de Educação da USP. Atuamos juntos em 2021 no movimento estudantil, e sua trajetória acadêmica e política sempre me chamou atenção pela consistência e dedicação. Hoje, como professor da rede estadual, pesquisador da pós-graduação e militante LGBTQIAPN+, você vive o campo da educação em muitas camadas. Para começarmos, gostaria de ouvir sobre a sua relação com o tema de gênero e sexualidade no contexto educacional. Fique à vontade para partir do ponto que quiser — pessoal, político, institucional — e para construir a resposta como quiser.

Igor: Claro! Primeiro quero agradecer a oportunidade e dizer que é um trabalho fundamental para a gente construir na educação, esse processo de acolhimento dos docentes. É uma contrapartida que vocês oferecem contra o nosso silenciamento. Eu tenho sentido que quando você busca fazer sua carreira na educação básica, imediatamente você é colocado como de "conhecimento menor" na academia, e isso é um tipo de política que penaliza o docente, porque cria uma ideia de hierarquia. Sobre minha trajetória, eu sou filho de um casal de nordestinos que migraram para São Paulo, Osasco especificamente, na década de 80.

Minha mãe hoje está aposentada, mas ela trabalhou como vendedora de lojas, cumpriu várias atividades no comércio, e meu pai é funcionário da prefeitura de Osasco, ele é fiscal há bastante tempo. Sou o filho mais novo de três irmãos, todos do mesmo pai e da mesma mãe, estudei a vida inteira em escola pública. Estudei o fundamental I, II e o ensino médio em escola pública. No fundamental eu estudei na [EMEF] Benedicto Weschenfelder, e o fundamental II e médio na [EE] Walter Negrelli. Morei a maior parte da minha vida no Jardim Aliança, em um condomínio habitacional popular chamado "Copromo", que possui 50 prédios e mais de 1000 moradias do CDHU, e foi lá que eu me criei até os 22 anos, quando eu vou para o Rio de Janeiro para cursar a graduação. Me formei bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense, fui estudar História em 2018, aprovado pelo Sisu com a cota de escola pública. Na graduação, eu me especializei em currículo oculto, que foi o tema do meu TCC durante a licenciatura, que são as práticas docentes que não são regulamentadas pelo currículo, instituição ou outro tipo de documento oficial. O currículo oculto abrange desde a forma da organização da sala de aula em fileiras até a forma que o docente se comunica com o educando. Realizei um estudo de caso de uma escola da cidade de Campos dos Goytacazes, no RJ, sobre as práticas docentes que ocorriam neste ambiente. Durante a minha graduação realizei uma especialização

voltada para a extensão universitária, onde fui bolsista de um projeto que estudava comunidades beneficiadas por políticas públicas de moradia. Também fiz estágios, curso de espanhol, e essa é a minha perspectiva na construção da minha formação acadêmica enquanto historiador.

Na minha formação, eu tenho dois contextos, esse da formação social formal, em que realizei cursos no SENAI, ETEC e trabalhei na editora Abril e, além disso, outro em que atuei como fotógrafo de maneira informal. Acho interessante especificar esse perfil de ser uma pessoa da classe trabalhadora porque o meu cursinho pré-vestibular eu custeava trabalhando como fotógrafo de forma informal. Também antes disso obtive acesso ao cursinho popular oferecido pelo movimento em que eu participava na época, e aqui eu apresento o movimento estudantil.

Mariana: Você articula com muita força os cruzamentos entre sua trajetória pessoal e a construção política no campo da educação. Gostaria que você falasse um pouco mais sobre como a sua formação escolar, acadêmica e militante se entrelaçam — e de que maneira elas influenciam seu trabalho docente hoje.

Igor: Desde 2009, eu tenho uma aproximação com a militância política. Em 2009 eu me apresentei no Teatro Municipal de Osasco, em um evento organizado pela Secretaria de Educação chamado “Megaevento” realizado para que as escolas demonstrassem seus talentos, e eu tive o primeiro contato com a militância. Eu apresentei uma peça teatral de crítica

à ditadura militar. Aqui eu começo a me identificar com o movimento LGBTQIAPN+, me aproximo e participo das manifestações pelo orgulho gay, o orgulho LGBT no Brasil. Eu comecei a participar das Paradas LGBT, e participei da cena da população LGBT, indo aos eventos, festas, espaços que existiam para a gente socializar. Aqui em Osasco havia uma praça, que era conhecida como Praça GLS, e lá foi o primeiro lugar que eu comecei a frequentar com essa temática, e a partir desse espaço eu conheci lugares voltados à população LGBT em São Paulo. Festas, que a gente tem como nome “matinês”, e iniciei minhas vivências.

A escola nunca foi um ambiente acolhedor para mim, sofri muitas agressões por ser um homem gay na escola. Eram violências severas sobre questões que eu não gostaria de relatar, mas acho importante para sensibilizar as pessoas. Por exemplo, eu tinha a voz muito fina, por conta disso fui vítima de várias práticas homofóbicas, jogaram meu material escolar no lixo, me agrediram fisicamente, esse era meu contexto na educação. Por conta disso, eu nunca fui uma pessoa que gostava de estar na escola, mas eu sempre gostei de estudar. Eu lembro que na escola pública, no meu ano como aluno, a gente teve um período no qual a gente ganhou um headset para fazer um curso de inglês, e esse curso foi minha maior alegria, porque eu sempre gostei de inglês. Eu estava até vendo meus diplomas mais antigos, eu tenho uma pasta com eles [risos], e eu fico lembrando esses períodos.

Então, a escola não me mobilizou para o acesso à educação, o que me mobilizou foram duas coisas: a militância no movimento estudantil, eu parei na parte que eu participei do movimento LGBT, mas em 2013 eu conheci o movimento estudantil nas manifestações de junho, naquele momento eu ainda não comecei a participar do movimento estudantil porque eu trabalhava, e não dei a importância certa.

E a outra foi que em 2014 eu participei do congresso da União da Juventude Socialista, a UJS, em Brasília, de apoio à reeleição da presidenta Dilma, e lá eu tive o conhecimento — que vale muito a pena apresentar aqui — do que era a plataforma política do governo Dilma. Era um governo que estava em disputa, em crise política com o avanço do embate entre direita e esquerda no Brasil, e ali já se iniciava uma discussão mais profunda sobre a LGBTfobia, como a sua criminalização, uma plataforma fortemente defendida por ela [ex-presidenta Dilma].

Tinha um programa, o Humaniza Redes, que foi uma resposta ao discurso de ódio nas redes sociais, e eu achava muito avançado, porque ele buscava impedir que as pessoas disseminassem essas falas na internet, e eu acho que isso é um papel do governo: fiscalizar. A gente tem o livre arbítrio, mas esse livre arbítrio não pode silenciar a existência do outro. E o governo Dilma tinha várias propostas que dialogavam muito com a questão de gênero e sexualidade. O Humaniza Redes visava discutir a misoginia também, do ódio às mulheres, e a gente tinha propostas de equidade na participação

política. Uma proposta muito importante que vale a pena resgatar era a plataforma de reforma política da OAB, que, entre as suas inúmeras reivindicações, colocava o voto em lista fechada. As pessoas votariam no partido, e os partidos teriam que, necessariamente, colocar em 1º, 2º, 3º e 4º — nessa ordem de equivalência — uma mulher e um homem. Primeiro, as pessoas teriam que votar em programas, e não em pessoas, o que tornaria o debate muito mais aprofundado, e os partidos seriam obrigados a aderir a candidaturas femininas.

Hoje, não existe um requisito mínimo de mulheres que devem ser eleitas. Aí os partidos colocam, sim, candidatas, mas que são subfinanciadas, e mesmo que haja mais participação feminina nas candidaturas, menos mulheres são eleitas.

Eu fiquei 10 anos nesse espaço do movimento estudantil organizado, participei da Federação do Movimento Estudantil de História (FEMEH), fui presidente do Centro Acadêmico de História da UFF Campos (CAHIS), participei do Diretório Central dos Estudantes da UFF, e fui persistindo até chegar ao último período, quando fui da associação nacional de pós-graduandos, diretor de lato sensu, minha última tarefa organizada politicamente. E por que organizada politicamente? Em agosto do ano passado, eu me desfiliei do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e da UJS, depois de 10 anos organizado. Atualmente sou representante discente suplente na minha universidade, do meu curso em Economia Política Mundial, fui membro da Associação

de Pós-Graduandos (APG) e conselheiro universitário pela pós-graduação na UFABC. Sou docente da rede estadual de ensino, leciono história, mas tenho habilitação em humanidades em geral. Esse é meu terceiro ano na docência na rede estadual, e eu me programei para ficar três, espero que as coisas possam caminhar para mudanças, mas eu já dei aula em muitas escolas, como o E.E Antônio Raposo Tavares, E.E Julia Lopes de Almeida e o E.E Major Telmo Coelho Filho, e além desse período em que estou dando aula, eu presidi a União dos Estudantes de Osasco (UEO), em 2015, quando eu era aluno de ensino técnico, e eu conheci a realidade das escolas municipais e estaduais. Fui da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES), e pude ver um pouco da realidade das nossas escolas.

Mariana: É muito simbólico que sua presença em sala de aula hoje represente justamente aquilo que foi negado a você como estudante: segurança, respeito e acolhimento. Pensando na escola como um espaço de disputas, de permanências e rupturas, gostaria de ouvir você sobre a sua atuação como professor LGBTQIAPN+ na rede pública estadual. Quais são as potências e os desafios que você percebe no seu dia a dia como docente em relação às questões de gênero e sexualidade?

Igor: Como educando, a escola faltou muito. Foi conivente com as violências, acho que todos os jovens LGBTQIAPN+, brasileiros e brasileiras, foram vítimas de um silenciamento e um apagamento, que agora

com muita mobilização e resistência políticas de gerações, a gente tem diminuído esse estigma, porque é um estigma o jovem LGBT ter uma postura de refém na escola, nós não nos sentimos livres para poder viver a sexualidade. Hoje, primeiro por ser docente, é totalmente diferente. Eu imagino que em alguns momentos os alunos possam ficar surpresos. "Olha, ele é um jovem gay, um homem gay", mas eu não encaro isso como preconceito, mas sim como estranhamento, porque é algo novo ter um professor abertamente LGBT, mas eu sinto que eles se sentem mais à vontade. E muitos jovens sentem um acolhimento.

E para as e os estudantes está tudo muito diferente. A homofobia não passa de forma tão escancarada como era antes, eu mesmo como professor tenho uma postura muito firme de combater todas as fobias. Machismo, racismo, toda forma de preconceito que silencie o educando e contribua para que essas populações sejam afastadas do ambiente acadêmico, eu tento impedir. No currículo da disciplina a gente estuda muito a questão do racismo, porque temos a lei sobre história das populações afro-brasileiras, e ajuda muito a incluir no currículo a história e a cultura indígena e afro, que é a Lei 11.645 de 10 de março de 2008. Então essa questão do conhecimento sobre as populações tradicionais já está se consolidando no currículo. Temos as trilhas antirracistas, organizadas pela Secretaria Estadual de Educação através do Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar (Conviva SP), que buscam destacar a importância da representatividade negra

e a luta contra o racismo estrutural. Além disso, o Conviva SP atua na promoção de um ambiente solidário, colaborativo, acolhedor e seguro nas escolas. Entre outros pontos, identifica vulnerabilidades de cada unidade escolar para a implementação de Planos de Melhoria da Convivência, além de atrelar ações proativas de segurança, articular a participação ativa da família na vida escolar dos estudantes da rede de ensino estadual e ofertar ações de serviço de assistência e saúde mental. E, na questão da pessoa LGBT, a gente tem o Decreto nº 55.888, de 17 de março de 2010, que garante o uso do nome social, e temos também a Professora Orientadora de Convivência (POC), nossa pessoa responsável pela convivência escolar, essa professora faz a mediação do conflito quando há algum tipo de atrito. Ela tem o discurso de combate às fobias, então é muito importante. Além disso, a professora consegue também registrar na plataforma Conviva o tipo de conflito e quais foram as ações utilizadas para resolvê-lo. Fora isso, a gente tem uma abertura, ainda pequena, para um acompanhamento psicossocial, podemos dizer que é algo novo, e ainda está sendo instalado nas escolas, e não podemos ter essa compreensão de forma objetiva. Mas esse processo de acolhimento está começando.

A escola em que trabalho possui um grêmio escolar que tenta inserir os alunos nessa perspectiva de protagonismo com campanhas sobre o respeito no ambiente escolar, ainda que sob a orientação da gestão. Então às vezes a educação não é um espaço onde acontece tudo como gostaríamos, até mesmo

na minha sala de aula, às vezes eu preciso ter uma postura mais firme para que a gente consiga atingir os objetivos de competências e habilidades de cada aula.

Uma das questões para fechar essa parte é que eu fui muito prejudicado na escola por todas essas questões de que já falei, mas também porque o ensino não era de qualidade. Havia muita desmotivação dos alunos e dos professores, e eu tenho uma perspectiva de que é preciso valorizar aquele tempo com os alunos e as alunas, e eu sempre me esforço para ser uma aula produtiva e de conteúdo com qualidade, mas também de formação do senso crítico e de criação de um repertório sociocultural. Mesmo com o problema de possuir muitos alunos por sala, por exemplo.

Mas esse é o meu perfil hoje. Acredito que falta muito para avançar na educação, mas não podemos dizer que não houve mudanças para a população LGBTQIAPN+ e, de forma geral, acho que melhorou muito a convivência no ambiente escolar.

Acho que você falar em uma sala de fundamental II com uma estudante que já tem o nome social, e que já tem sua orientação sexual e sua identidade de gênero respeitada, é muito importante e muito sério. Inclusive foi por conta disso que a gente viveu essa maré conservadora de mentiras e perseguição que segue até hoje. Pequenas mudanças ainda são mudanças e incomodam aqueles que possuem uma visão retrógrada.

Mariana: Você trouxe uma série de experiências que mostram como o ambiente escolar pode estar em constante transformação. Ao mesmo tempo, ainda há muitos limites estruturais e institucionais. Pensando nisso, como você percebe o papel das políticas públicas e dos currículos na efetivação dos direitos LGBTQIAPN+ nas escolas?

Igor: Mesmo percebendo pouco avanço no que se refere à temática da diversidade sexual e da identidade de gênero no currículo, há no currículo paulista habilidades que buscam dialogar com os valores sociais estabelecidos após a era das intituladas Revoluções Burguesas. Nesse sentido nos debruçamos sobre o processo de inserção das mulheres na sociedade enquanto sujeitas de direitos e assim como as demais populações ao longo do tempo a partir dos valores estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e em documentos anteriores e posteriores a essa. Um exemplo de uma habilidade do currículo que reforça esse compromisso é a EM13CHS502 que especifica: “Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais”. Habilidade desenvolvida com as turmas do ensino médio na disciplina de História.

Mariana: As discussões sobre gênero e

sexualidade vêm sendo duramente atacadas em diversas frentes — políticas, midiáticas, institucionais — e isso afeta diretamente os corpos dissidentes dentro da escola. Como você percebe os impactos do conservadorismo nas práticas pedagógicas e na formação de professores? E, diante disso, o que ainda pode ser feito, dentro e fora da escola, para garantir o direito à existência e à aprendizagem de estudantes e docentes LGBTQIAPN+?

Eu falei da Lei 11.645 porque é uma lei de 2008, mas só agora estamos acessando essa formação antirracista, são 17 anos, um tempo significativo já. O que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que no currículo não existe uma política para a questão de gênero e diversidade, não há. Não está dentro do currículo estudar a questão da diversidade de forma muito significativa. O que existe é o combate à intolerância, ao preconceito contra raça, classe, origem, religião, porque a gente precisa garantir as liberdades, mas não é uma questão curricular. Temos coisas pontuais na disciplina de História, no seguinte sentido: se você for estudar direitos civis, em algum momento vai se falar da população LGBT, mas eu não vejo como uma prerrogativa curricular. Para você que entende tão bem quanto eu, se a gente está falando de currículo, a gente está falando de dados para aferir se aquilo está sendo modificado ou não, se aquilo têm resultado ou não, se aquilo tem avançado ou não para os educandos, e não, não é uma questão que vá cair em prova, ou vá ser tema de uma aula dentro do currículo formal.

¹Habilidade específica do Ensino Médio a ser trabalhada no plano de aulas segundo o Currículo Paulista.

Vamos ter o acesso a essa discussão na formação de professores na Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação “Paulo Renato Costa Souza” (EFAPE), que vai falar sobre acolher os alunos, mas o tema gênero e diversidade sexual não é uma questão, e ainda mais com o projeto Escola Sem Partido que acabou com todas as possibilidades de se falar disso nas escolas.

Práticas individuais de escola não se configuram como uma prática de Estado, e a gente precisa, nós profissionais da educação, precisamos do reconhecimento do Estado. Como que o Estado pode, pensando dentro de uma perspectiva historiográfica, possuir um currículo eurocêntrico, totalmente baseado na história linear do ocidente, e não conseguir reconhecer as populações afrobrasileiras, os quilombolas, ribeirinhos e indígenas, e tampouco nós da população LGBTQIAPN+, dentro dessa narrativa de estudo da História? Sei que houve mudanças relevantes que já foram comentadas; no entanto, é fundamental que aconteçam ainda mais avanços nessa temática, principalmente no que se refere a questão da diversidade sexual e da identidade de gênero.

A escola está sendo monitorada de uma forma tão desproporcional. É claro que o professor deve prestar uma contrapartida do seu trabalho, é dinheiro público, é um investimento caro, no sentido de promover a formação dos nossos cidadãos e cidadãs. Também queremos formar na escola pública a próxima pedagoga, o próximo advogado, a próxima médica, mas também o próximo

artista, enfim. A gente quer formar. Precisamos também dessa política de ter essa garantia de qualidade de ensino, mas a forma como aconteceu esse debate é parte de uma perspectiva de mentiras, de uma propaganda falsa sobre o papel da escola que foi muito fortemente construída pela extrema direita brasileira contrária ao combate da LGBTfobia e de outras formas de discriminação na educação básica. Então, como uma escola que está lutando contra essa visão de perseguição da educação vai discutir gênero e diversidade? Deixo a reflexão para que possamos conversar de forma coletiva em outro momento, o que será um grande prazer da minha parte.

Mariana: Para encerrar, que recado você deixaria para estudantes e professores LGBTQIAPN+ que ainda enfrentam dificuldades para existir plenamente nos espaços educacionais?

Acredito que como educador popular que compreende que a relação com o educando deve ser construída nas bases de uma educação antirracista e contra toda forma de discriminação, que o poder que nós temos de transformar a escola em um ambiente acolhedor é algo que deve ser valorizado. No meu período como educador já realizei junto aos meus colegas educadores e nossos estudantes trabalhos que valorizavam o conhecimento científico e o respeito. Dito isso penso que a educação tem muito a contribuir para o desenvolvimento do nosso país e do mundo. Feita essa consideração, é urgente que as nossas vozes sejam ouvidas e que avanços ainda maiores possam ser

vivenciados, é necessário um grande esforço de toda a comunidade escolar para que situações de discriminação, sejam elas quais forem, fiquem no passado. Afinal, temos que ser as e os novos professores, médicas, advogadas, deputadas, artistas, pesquisadores e tantas outras profissões que precisam desse nosso protagonismo, e tudo isso sem esquecer da nossa formação cidadã. Tenho muito orgulho de ter contribuído para a formação de milhares de jovens nestes 3 anos que tenho atuado na educação pública brasileira, e ainda mais orgulho de ter contribuído para mudanças reais na educação nesses meus mais de 10 anos de militância no movimento estudantil.

Biografia



Nessa edição, apresentamos Erika Hilton, mulher negra e trans, que enfrentou a marginalização e exclusão social, se tornando uma forte liderança política no Brasil. Sua militância é repleta de inclusão, justiça social e direitos humanos.

Erika Hilton: O Legado de uma Luta Pela Inclusão e Justiça Social

Por muito tempo, o Brasil conviveu com a invisibilidade sistemática de parcelas inteiras de sua população; pessoas negras, trans, periféricas e historicamente marginalizadas foram relegadas aos bastidores do poder político. Foi nesse contexto que surgiu Erika Hilton — mulher, negra, trans, nascida em 1992, na cidade de Franco da Rocha (SP) —, cuja presença e atuação têm reconfigurado os contornos da política nacional e da luta por justiça social.

A trajetória de Erika é marcada por rupturas e recomeços. Expulsa de casa aos 15 anos por conta de sua identidade de gênero, ela vivenciou situações de extrema vulnerabilidade, sobrevivendo nas ruas e enfrentando a prostituição como único meio de subsistência. Mas essa experiência, longe de definir seus limites, transformou-se em motor de resistência. Aos 21 anos, com o apoio da mãe, retomou os estudos por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), finalizou o ensino médio e chegou à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde iniciou o curso de Pedagogia. O desejo de compreender e transformar as estruturas educacionais do país encontrou eco em sua trajetória. Foi na militância que Erika se descobriu politicamente e em 2015, ao ter seu nome social recusado por uma empresa de transporte interestadual, iniciou um processo público de denúncia que a projetou como ativista e porta-voz das demandas da população trans. Esse episódio foi um divisor de águas: despertou na jovem a percepção de que a mudança institucional também precisa ser feita dentro e a partir daí, engajou-se em causas como o direito ao nome social, políticas de acolhimento a pessoas trans e a promoção de uma sociedade mais inclusiva.

Em 2020, Erika Hilton fez história ao ser eleita vereadora na cidade de São Paulo com mais de 50 mil votos, tornando-se a primeira mulher trans a ocupar uma cadeira na Câmara Municipal da maior metrópole do país. Sua candidatura integrou a bancada coletiva do PSOL e foi fortemente alicerçada em sua atuação em movimentos sociais e pautas voltadas à população LGBTQIA+, negra e periférica. Já em seu primeiro mandato, demonstrou compromisso com os direitos humanos ao propor e liderar a criação da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania e instaurar a CPI da Transfobia.

Mas Erika não parou por aí. Em 2022, novamente rompeu barreiras ao ser eleita deputada federal por São Paulo com 256.903 votos, o sexto maior desempenho do estado. Com isso, tornou-se a primeira mulher trans negra a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados. Sua chegada ao Congresso Nacional foi um marco não apenas simbólico, mas substantivo: pela primeira vez, uma pessoa com sua trajetória, identidade e vivência ganhava voz ativa na arena legislativa mais importante do país.

A atuação parlamentar de Erika Hilton reflete seu compromisso com as lutas históricas das populações marginalizadas. Sua agenda vai além das pautas identitárias e abrange temas estruturais como combate à fome, justiça social, reforma do sistema carcerário, direito à educação e saúde pública inclusiva. Erika também defende a revogação de leis que criminalizam a pobreza e sustenta uma crítica contundente às políticas de segurança baseadas na repressão e no encarceramento em massa. Ela se coloca como uma voz radicalmente democrática, insistindo em construir pontes entre a política institucional e os movimentos populares.

Sua visibilidade nacional e internacional também é um reflexo do impacto de sua atuação. Em 2021, foi reconhecida pela MTV Europe com o Generation Change Award e incluída na lista das 100 Mulheres Mais Inspiradoras e Influentes do Mundo, organizada pela BBC. Em 2024, foi eleita a melhor deputada federal do Brasil pelo Prêmio Congresso em Foco, consolidando-se como uma das lideranças políticas mais respeitadas do país.

Contudo, o caminho trilhado por Erika não tem sido isento de embates. Ela é alvo constante de ataques transfóbicos e racistas, tanto nas redes sociais quanto no exercício do mandato. Um dos episódios mais marcantes ocorreu durante a CPI dos Atos Golpistas, em 2023, quando foi ofendida por parlamentares da extrema-direita. Em vez de recuar, Erika tem respondido com firmeza, reforçando sua posição e denunciando as estruturas que sustentam o ódio e a exclusão. Sua coragem tem inspirado milhares de pessoas a acreditarem que é possível ocupar espaços de poder sem abdicar de sua identidade e de sua história.

Mais do que uma figura pública, Erika Hilton representa uma mudança de paradigma. Seu percurso, do abandono à liderança, da marginalização ao reconhecimento internacional, é símbolo de uma sociedade que começa — ainda que tardiamente — a valorizar a pluralidade de vozes que a compõem. Ao romper com os estigmas que pairam sobre corpos dissidentes, ela inaugura uma nova forma de fazer política: mais próxima da base, mais combativa e essencialmente comprometida com os direitos humanos. O futuro que se desenha a partir de sua trajetória é promissor: Erika não só abriu caminho para outras mulheres trans, negras e periféricas acreditarem em seus sonhos, como tem pautado um modelo de atuação que privilegia a escuta, o diálogo e o enfrentamento direto das injustiças. Erika Hilton é, em essência, um farol. Um sinal de que a transformação é possível, mesmo nas estruturas mais resistentes. Seu nome está inscrito na história como um lembrete de que a política, quando feita com coragem e empatia, pode ser uma poderosa ferramenta de emancipação coletiva.



FIQUE DE OLHO!

Por: Paulo Henrique Marçal

I SIMPÓSIO DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: DIÁLOGOS PARA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO E PERTENCIMENTO



Nos dias 4 e 5 de junho de 2025, a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP) realizou o seu primeiro simpósio dedicado às diversidades sexuais e de gênero no contexto da formação e do trabalho em saúde: o I Simpósio de Diversidade Sexual e de Gênero: diálogos para promoção da inclusão e pertencimento

A ideia do simpósio foi criar um espaço de debate, reflexão e reconstrução de saberes, contribuindo para enfrentar o silenciamento histórico dessas temáticas — ainda tratadas como tabu em muitos espaços de ensino e prática em saúde. Enfim, um debate urgente em um país que, infelizmente, lidera o número de mortes de pessoas LGBTQIAPN+ no mundo.

Embora já tenha ocorrido, fica a sugestão de acessar o site (<https://www.ee.usp.br/1-sidisgen/>) e a página do Instagram do evento (https://www.instagram.com/simposio_dsg/) para mais informações e notícias das próximas edições.

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL GÊNERO EM DISPUTA



A Universidade Federal do ABC (UFABC), por meio do Núcleo de Estudos de Gênero Esperança Garcia, promoverá, de 4 a 6 de agosto de 2025, o I Seminário Internacional Gênero em Disputa, no campus de São Bernardo do Campo.

Este seminário surge como um espaço de reflexão crítica e construção de conhecimento e de estratégias de resistência no contexto, anunciado no título, das disputas envolvendo a categoria de gênero. Ao colocar o tema em pauta, o evento pretende explorar as tensões e desafios atuais, com destaque para os ataques da extrema-direita e a falta de consenso dentro dos campos progressistas sobre o significado e as implicações do conceito de gênero. Com uma programação diversificada, incluindo simpósios temáticos, mesas redondas, atividades culturais e conferências, a proposta é criar um ambiente de diálogo horizontal e colaborativo entre academia e movimentos sociais, com foco no fortalecimento dos estudos de gênero, tanto na UFABC quanto em outras instituições do Brasil e do mundo.

As inscrições vão de 4 de junho a 4 de julho. Para saber mais, acesse: <https://nucleos.ufabc.edu.br/neg/eventos/i-seminario-internacional-genero-em-disputa>.

Não perca a oportunidade de participar desse importante debate e da construção de horizontes sobre gênero, sexualidade e feminismos!



Estão abertas as inscrições para o I Simpósio de Direito LGBTI+, organizado pelo Projeto Direitos Humanos e Educação, que ocorrerá nos dias 2 e 3 de setembro de 2025, em formato 100% online. O evento convida pesquisadores, ativistas, estudantes e profissionais a participarem como ouvintes ou a submeterem seus trabalhos em uma das duas modalidades disponíveis:

 Artigo completo (publicado como capítulo de e-book, com DOI, pela Akademy Editora)

 Resumo expandido (integrará os anais do evento)

A programação contará com 15 Grupos de Trabalho (GTs) sobre temas diversos e interdisciplinares relacionados aos direitos LGBTI+:

- Cultura, Arte e Linguagens LGBTI+
- Direito Internacional e Direitos LGBTI+ no Mundo
- Direito Penal, Processo Penal e População LGBTI+
- Educação e Diversidade Sexual e de Gênero



- Famílias LGBTI+ e Direitos Homotransafetivos
- Infâncias e Adolescências LGBTI+: Direitos e Proteção
- Interseccionalidades: Raça, Classe, Gênero e Sexualidade
- Memória, História e Arquivos das Lutas LGBTI+
- Pessoas Trans, Travestis e o Direito à Existência
- Política, Democracia e Representatividade LGBTI+
- Religião, Espiritualidade e Direitos LGBTI+
- Saúde Integral da População LGBTI+
- Tecnologias, Redes Sociais e Narrativas Digitais LGBTI+
- Trabalho, Emprego e Renda para Pessoas LGBTI+
- Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos LGBTI+

A submissão de trabalhos pode ser feita até o dia 20 de julho. Todas as orientações para inscrição e envio de trabalhos estão disponíveis em: <https://www.even3.com.br/i-simposio-de-direito-lgbt-551099/>.

Além deste evento, o Projeto Direitos Humanos e Educação organiza também a Semana Internacional sobre Educação, Direitos Humanos, Diversidade Sexual e Gênero, que, em 2025, teve sua quarta edição entre os dias 5 e 8 de maio. As transmissões desta e das edições anteriores podem ser encontradas no canal do YouTube do Projeto: <https://www.youtube.com/@DireitosHumanoseEducacao/featured>. Sobre a próxima edição, os organizadores deixaram o seguinte comentário: “Seguimos em movimento, já com os olhos e o coração voltados para a V Semana Internacional, que acontecerá de 11 a 13 de maio de 2026. Que possamos, mais uma vez, nos encontrar em torno daquilo que nos move: o compromisso com a educação como prática de liberdade, os direitos humanos como horizonte ético e a diversidade como potência de reinvenção do mundo”. Fica aqui a recomendação para acompanhar o Projeto Direitos Humanos e Educação pela página do Instagram (https://www.instagram.com/direitoshumanos_educacao/) e ficar de olho nos eventos futuros.

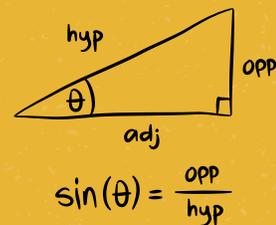


12.º Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura - CINABETH 2025
&
Jornada MatematiQueer 5 anos



Organizado pela Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura, estão abertas as inscrições para o 12.º Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura - CINABETH 2025, com foco nas dissidências sexuais e de gênero. O evento acontecerá entre os dias 25 e 30 de novembro, em Brasília. Para mais informações, acesse: <https://www.even3.com.br/cinabeth2025/>.

JORNADA MATEMATIQUEER 5 ANOS



Um grande parceiro da Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura é o Grupo de Pesquisa e Extensão em Estudos de Gênero e Sexualidades em Educação Matemática (MatematiQueer), o site do grupo pode ser acessado em: <https://sites.google.com/im.ufrj.br/matematiqueer/inicio?authuser=0>.

Neste ano, o MatematiQueer organizou a Jornada MatematiQueer 5 anos, evento que contou com cinco encontros online entre abril e maio de 2025. Foram discutidos os impactos sociais das ações do MatematiQueer a partir de cinco eixos:

30/04 - Meninas e Mulheres na (Educação) Matemática e na Física

07/05 - Pessoas LGBTQ+ nas Ciências e Matemática

14/05 - Educação Matemática Crítica / Educação Matemática para Justiça Social

21/05 - Iniciação Científica em Gêneros, Sexualidades e Educação em Ciências e Matemática

28/05 - Repercussões do MatematiQueer: ensino, pesquisa, extensão e divulgação científica

Embora o evento já tenha ocorrido, é possível assistir as transmissões no canal do YouTube do MatematiQueer: <https://www.youtube.com/MatematiQueer>.

PARTICIPE, A REVISTA

É SUA!

**Queremos saber o que você
está achando da nossa revista**

Envie sua sugestão, elogio, crítica ou outros comentários

para o e-mail:



revista.futuro.preterito@gmail.com